

ANEXO – Editoriais

Texto 01



Capa do jornal *O Globo*, onde se celebra o "ressurgimento da democracia", um dia após o *Golpe Militar*.

Editorial de "O Globo" do dia 02 de abril de 1964:

“Ressurge a Democracia”

Vive a Nação dias gloriosos. Porque souberam unir-se todos os patriotas, independentemente de vinculações políticas, simpatias ou opinião sobre problemas isolados, para salvar o que é essencial: a democracia, a lei e a ordem. Graças à decisão e ao heroísmo das Forças Armadas, que obedientes a seus chefes demonstraram a falta de visão dos que tentavam destruir a hierarquia e a disciplina, o Brasil livrou-se do Governo irresponsável, que insistia em arrastá-lo para rumos contrários à sua vocação e tradições.

Como dizíamos, no editorial de anteontem, a legalidade não poderia ser a garantia da subversão, a escora dos agitadores, o anteparo da desordem. Em nome da legalidade, não seria legítimo admitir o assassinio das instituições, como se vinha fazendo, diante da Nação horrorizada.

Agora, o Congresso dará o remédio constitucional à situação existente, para que o País continue sua marcha em direção a seu grande destino, sem que os direitos individuais sejam afetados, sem que as liberdades públicas desapareçam, sem que o poder do Estado volte a ser usado em favor da desordem, da indisciplina e de tudo aquilo que nos estava a levar à anarquia e ao comunismo.

Poderemos, desde hoje, encarar o futuro confiantemente, certos, enfim, de que todos os nossos problemas terão soluções, pois os negócios públicos não mais serão geridos com má-fé, demagogia e insensatez.

Salvos da comunização que celeremente se preparava, os brasileiros devem agradecer aos bravos militares, que os protegeram de seus inimigos. Devemos felicitar-nos porque as Forças Armadas, fiéis ao dispositivo constitucional que as obriga a defender a Pátria e a garantir os poderes constitucionais, a lei e a ordem, não confundiram a sua relevante missão com a servil obediência ao Chefe de apenas um daqueles poderes, o Executivo.

As Forças Armadas, diz o Art. 176 da Carta Magna, “são instituições permanentes, organizadas com base na hierarquia e na disciplina, sob a autoridade do Presidente da República E DENTRO DOS LIMITES DA LEI.”

No momento em que o Sr. João Goulart ignorou a hierarquia e desprezou a disciplina de um dos ramos das Forças Armadas, a Marinha de Guerra, saiu dos limites da lei, perdendo, conseqüentemente, o direito a ser considerado como um símbolo da legalidade, assim como as condições indispensáveis à Chefia da Nação e ao Comando das corporações militares. Sua presença e suas palavras na reunião realizada no Automóvel Clube, vincularam-no, definitivamente, aos adversários da democracia e da lei.

Atendendo aos anseios nacionais, de paz, tranqüilidade e progresso, impossibilitados, nos últimos tempos, pela ação subversiva orientada pelo Palácio do Planalto, as Forças Armadas chamaram a si a tarefa de restaurar a Nação na integridade de seus direitos, livrando-os do amargo fim que lhe estava reservado pelos vermelhos que haviam envolvido o Executivo Federal.

Este não foi um movimento partidário. Dele participaram todos os setores conscientes da vida política brasileira, pois a ninguém escapava o significado das manobras presidenciais. Aliaram-se os mais ilustres líderes políticos, os mais respeitados Governadores, com o mesmo intuito redentor que animou as Forças Armadas. Era a sorte da democracia no Brasil que estava em jogo.

A esses líderes civis devemos, igualmente, externar a gratidão de nosso povo. Mas, por isto que nacional, na mais ampla acepção da palavra, o movimento vitorioso não pertence a ninguém. É da Pátria, do Povo e do Regime. Não foi contra qualquer reivindicação popular, contra qualquer idéia que, enquadrada dentro dos princípios constitucionais, objetive o bem do povo e o progresso do País.

Se os banidos, para intrigarem os brasileiros com seus líderes e com os chefes militares, afirmarem o contrário, estarão mentindo, estarão, como sempre, procurando engodar as massas trabalhadoras, que não lhes devem dar ouvidos. Confiamos em que o Congresso votará, rapidamente, as medidas reclamadas para que se inicie no Brasil uma época de justiça e harmonia social. Mais uma vez, o povo brasileiro foi socorrido pela Providência Divina, que lhe permitiu superar a grave crise, sem maiores sofrimentos e luto. Sejamos dignos de tão grande favor.”

Texto 02



JULGAMENTO DA REVOLUÇÃO

Por Roberto Marinho

Editorial publicado pelo jornal "O Globo" em 07 de Outubro de 1984

Participamos da Revolução de 1964, identificados com os anseios nacionais de preservação das instituições democráticas, ameaçadas pela radicalização ideológica, greves, desordem social e corrupção generalizada. Quando a nossa redação foi invadida por tropas anti-revolucionárias, mantivemo-nos firmes em nossa posição. Prosseguimos apoiando o movimento vitorioso desde os primeiros momentos de correção de rumos até o atual processo de abertura, que se deverá consolidar com a posse do novo presidente. Temos permanecido fiéis aos seus objetivos, embora conflitamos em várias oportunidades com aqueles que pretenderam assumir o controle do processo revolucionário, esquecendo-se de que os acontecimentos se iniciaram, como reconheceu o Marechal Costa e Silva, "por exigência inelutável do povo brasileiro". Sem o povo não haveria revolução, mas apenas um "pronunciamento" ou "golpe" com o

qual não estaríamos solidários. O Globo, desde a Aliança Liberal, quando lutou contra os vícios políticos da Primeira República, vem pugnando por uma autêntica democracia, e progresso econômico e social do País. Em 1964, teria de unir-se aos companheiros jornalistas de jornadas anteriores, aos 'tenentes e bacharéis' que se mantinham coerentes com as tradições e os ideais de 1930, aos expedicionários da FEB que ocupavam a Chefia das Forças Armadas, aos quais sob a pressão de grandes marchas populares, mudando o curso de nossa história.

Acompanhamos esse esforço de renovação em todas as suas fases. No período de ordenação de nossa economia, que se encerrou em 1977. Nos meses dramáticos de 1968 em que a intensificação dos atos de terrorismo provocou a implantação do AI-5. Na expansão econômica de 1969 a 1972, quando o produto nacional bruto cresceu à taxa média anual de 10 %. Assinale-se que, naquele primeiro decênio revolucionário, a inflação decrescera de 96 % para 12,6 % ao ano, elevando-se as exportações anuais de 1 bilhão e 300 mil dólares para mais de 12 bilhões de dólares. Na era do impacto da crise mundial do petróleo desencadeada em 1973 e repetida em 1979, a que se seguiram aumentos vertiginosos nas taxas de juros, impondo-nos, uma sucessão de sacrifícios para superar a nossa dependência externa de energia, a deterioração dos preços dos nossos produtos de exportação e a desorganização do sistema financeiro internacional. Essa conjunção de fatores que violaram a administração de nossas contas externas obrigou-nos a desvalorizações cambiais de emergência que teriam fatalmente de resultar na exacerbação do processo inflacionário. Nas respostas que a

sociedade e o governo brasileiros deram a esses desafios, conseguindo no segundo decênio revolucionário que agora se completa, apesar das dificuldades, reduzir de 80 % para menos de 40% a dependência externa na importação de energia, elevando a produção de petróleo de 175 mil para 500 mil barris diários e a de álcool, de 680 milhões para 8 bilhões de litros; e simultaneamente aumentar a fabricação industrial em 85%, expandir a área plantada para produção de alimentos com 20 milhões de hectares a mais, criar 13 milhões de novos empregos, assegurar a presença de mais de 10 milhões de estudantes nos bancos escolares, ampliar a população economicamente ativa de 29 milhões para 45 milhões, 797 mil, elevando as exportações anuais de 12 bilhões para 22 bilhões de dólares.

Volvendo os olhos para as realizações nacionais dos últimos vinte anos, há que se reconhecer um avanço impressionante: em 1964, éramos a quadragésima nona economia mundial, com uma população de 80 milhões de pessoas e uma renda per capita de 900 dólares; somos hoje a oitava, com uma população de 130 milhões de pessoas, e uma renda média per capita de 2.500 dólares.

O Presidente Castello Branco, em seu discurso e posse, anunciou que a Revolução visava “ à arrancada para o desenvolvimento econômico, pela elevação moral e política”. Dessa maneira, acima do progresso material, delineava-se o objetivo supremo da preservação dos princípios éticos e do restabelecimento do estado de direito. Em 24 de junho de 1978, o Presidente Geisel anunciou o fim dos atos de exceção, abrangendo o AI-5, o Decreto-Lei 477 e demais Atos Institucionais. Com isso, restauravam-se as garantias da magistratura e o instituto do habeas-corpus. Cessava a competência do Presidente para decretar o fechamento do Congresso e a intervenção nos Estados, fora das determinações constitucionais. Perdia o Executivo as atribuições de suspender os direitos políticos, cassar mandatos, demitir funcionários e reformar militares. Extinguiam-se as atividades da C.G.1 (Comissão Geral de Inquéritos) e o confisco sumário de bens. Desapareciam da legislação o banimento, a pena de morte, a prisão perpétua e a inelegibilidade perene dos cassados. Findava-se o período discricionário, significando que os anseios de liberalização que Castello Branco e Costa e Silva manifestaram em diversas ocasiões e que Médici vislumbrou em seu primeiro pronunciamento finalmente se concretizavam.

Enquanto vários líderes oposicionistas pretenderam considerar aquelas medidas fundamentais como "meros paliativos", o então Deputado Tancredo Neves, líder do MDB na Câmara Federal, reconheceu que a determinação governamental "foi além do esperado".

Ao assumir o Governo, o Presidente Figueiredo jurou dar continuidade ao processo de redemocratização. A concessão da anistia ampla e irrestrita, as eleições diretas para Governadores dos Estados, a colaboração federal com os novos Governos oposicionistas na defesa dos interesses maiores da coletividade, são demonstrações de que o presidente não falou em vão.

Não há memória de que haja ocorrido aqui, ou em qualquer outro país, que um regime de força, consolidado há mais de dez anos, se tenha utilizado do seu próprio arbítrio para se auto-limitar, extinguindo os poderes de exceção, anistando adversários, ensejando novos quadros partidários, em plena liberdade de imprensa. É esse, indubitavelmente, o maior feito da Revolução de 1964.

Neste momento em que se desenvolve o processo da sucessão presidencial, exige-se coerência de todos os que têm a missão de preservar as conquistas econômicas e políticas dos últimos decênios.

O caminho para o aperfeiçoamento das instituições é reto. Não admite desvios aéticos, nem afastamento do povo.

Adotar outros rumos ou retroceder para atender a meras conveniências de facções ou assegurar a manutenção de privilégios seria trair a Revolução no seu ato final.

Texto 03

6

Quarta-feira, 4 de maio de 2011

O GLOBO

OPINIÃO

Hora de apoio firme à democracia árabe

Estão cobertos de razão os que advertem que, sem dúvida importante, o fim de Bin Laden não significa o fim da al-Qaeda, nem da ameaça terrorista. Até porque deve haver forte disposição para uma ação que vingue a morte do maior símbolo da jihad e que prove que a rede continua viva.

E está mesmo, se levarmos em conta que sua presença — e atentados — no Norte da África, no Iraque, no Golfo Pérsico e em outros locais já mostravam uma organização descentralizada, operando de forma independente. Morreu Bin Laden, o inspirador, mas a rede continua a postos, e com motivação reforçada. Está em curso a primeira providência, óbvia: prevenir retaliações. Conforme disse o presidente Obama nas primeiras horas de segunda-feira, os EUA “permanecerão vigilantes, internamente e no exterior”.

O governo Bush quis impor a visão “de quem não está conosco está contra nós”. A

postura foi reforçada pelos atentados de 11 de setembro, que mataram cerca de 3 mil pessoas, na primeira vez na História que o território dos EUA foi atacado por um inimigo externo. Mas Bush fracassou. Como prometera na campanha, Obama trouxe de volta o smart power, muito mais capaz de perceber nuances e de projetar o poder americano de diferentes formas, não apenas à base de bombas e mísseis. O presidente agiu bem ao autorizar a ação de comandos que possibilitou matar Bin Laden com poucos danos colaterais. Essa sensibilidade já fora demonstrada também na rápida adaptação americana à situação nova que se criou este ano no Norte da África e no Oriente Médio: a mobilização das massas contra regimes ditatoriais que se perpetuam. Ela já resultou na

derrubada de dois ditadores (de Tunísia e Egito) e numa frente internacional, autorizada pela ONU, contra um terceiro, Kadafi, da Líbia.

Ontem, o premier da Turquia, Tayyip Erdogan, fez um apelo ao líbio para que deixe o poder, por já ter provocado muito sofrimento. A Turquia, com seu governo islâmico moderado e sua democracia, é boa inspiração para os países muçulmanos.

Washington apoiava ditadores que maltratavam seus povos porque os julgava importantes para conter o terrorismo islâmico. As rebeliões no mundo árabe mostraram que um dos berços do terror é a pobreza, a ignorância e a falta de perspectivas.

Agirá com inteligência a Casa Branca se apoiar decididamente a luta do povo árabe por democracia e liberdade, e, com a comunidade internacional,

ajudá-lo na transição.

Não se queimaram bandeiras de Israel ou dos EUA nem se ergueram cartazes com o rosto de Bin Laden nas manifestações em Túnis, no Cairo, em Sanaa ou no Bahrein. O fundamentalismo islâmico perde terreno junto a uma população jovem, que quer acesso ao conhecimento e interagir com o resto do mundo por meio das mídias sociais — enfim, sair das trevas de que se alimenta o terror.

O fim de Bin Laden é um bom momento para que Washington busque uma negociação envolvendo o governo afegão e o Talibã. Pode estar aí a chave para dar ao país um mínimo de estabilidade que permita aos EUA pensarem na retirada de suas tropas. A ação contra Bin Laden, se matou um inimigo, pôs na berlinda um aliado — o Paquistão. Não é concebível que o terrorista morasse há anos numa casa enorme numa cidade paquistanesa repleta de militares sem algum tipo de proteção de altos escalões locais.

Pobreza e ignorância servem de berço para o terrorismo

6

Texto 04

Quarta-feira, 4 de maio de 2011

O GLOBO

OPINIÃO

Censurar biografias fere a Constituição

A Constituição brasileira consagra, de forma inequívoca, a liberdade de expressão e de imprensa, bem como o direito à informação. No entanto, tais princípios não estão livres de, por caminhos enviesados, serem objeto de ataques, agravos e desobediência a partir de singulares interpretações de dispositivos legais cujo espírito se choca com o pressuposto das garantias ao cidadão que a Carta avaliza. É o caso das iniciativas que visam a impedir a publicação de informações e imagens de pessoas públicas em obras biográficas não autorizadas.

O dispositivo que tem servido de anteparo a manifestações explícitas de censura, a pedido de biografados ou seus herdeiros, é o artigo 20 do Código Civil. Criado para proteger a intimidade, cuidado legítimo, esse capítulo legal, por sua abrangência, acaba por embasar arguições na Justiça que têm por

fim impedir a livre circulação de informações. A legislação não define com clareza o limite entre o direito à privacidade e o direito à informação sobre pessoas públicas. Como a Justiça não tem jurisprudência sobre o assunto, a controvérsia abre espaço para claros agravos ao artigo 5º da Constituição, com prejuízos à memória e à cultura do país.

Por conta disso, tribunais têm tomado decisões que consagram a censura. Caso dos autores Paulo César de Araújo e Alaor Barbosa, cujas biografias de Roberto Carlos e Guimarães Rosa foram recolhidas. O escritor Ruy Castro também enfrentou problemas na Justiça com a família de Garrincha, o biografado. O autor de um livro sobre Raul Seixas igualmente foi demovido

de publicar a obra, sob pena de ser acionado legalmente. O cerceamento ao trabalho de preservar a memória cultural do país levou o escritor Lêdo Ivo a fazer um desabafo público contra a condução do espólio literário de Manuel Bandeira, controlado por herdeiros indiretos do autor de "Vou-me embora pra Pasárgada".

Há caminhos para superar essa discrepância legal. Na legislação passada, o então deputado Antonio Palocci, atendendo a pedidos de escritores, intelectuais e jornalistas, apresentou um projeto de lei que altera os dispositivos do Código Civil que dão suporte a ações para impedir a circulação de biografias não autorizadas. O projeto, que teve parecer favorável do tam-

bém deputado José Eduardo Cardozo, foi arquivado porque Palocci e Cardozo, hoje colegas de Ministério, deixaram a Câmara. Mas outros dois projetos tramitam na Casa com o mesmo objetivo. Há ainda a possibilidade de o STF ser levado, por meio de uma ação direta de inconstitucionalidade, a se posicionar sobre a efetiva abrangência do artigo 20 do Código.

Qualquer que seja o caminho, é fundamental que prevaleça o espírito da Constituição. É inaceitável filtrar a História, castrar a memória nacional ou simplesmente querer tirar proveito de direitos autorais de parentes famosos, como parecem querer alguns que recorrem à Justiça para impedir lançamento de livros. Além de ferir princípios constitucionais que claramente proíbem a censura, tais iniciativas empobrecem a cultura do país e de fato sonham à sociedade o direito à livre informação.

Empobrece a cultura do país filtrar a História e castrar a memória nacional

6

Texto 05

Quarta-feira, 31 de agosto de 2011

O GLOBO

OPINIÃO

Austeridade terá grande teste em 2012

O ministro Guido Mantega teve o necessário cuidado em não relacionar o aumento da meta do superávit primário deste ano com a reunião do Conselho de Política Monetária (Copom), do Banco Central, de ontem e hoje. O correto objetivo do governo é, ao fechar torneiras de gastos em custeio, abrir espaço para o BC reduzir os juros básicos (Selic), caso a economia mundial aprofunde o desaquecimento e force o país a compensar com estímulos internos o impacto recessivo de fora. E não precise, para isso, usar a despesa pública (política fiscal), já bastante elevada.

Mas ninguém, de fato, pode querer que a austeridade anunciada numa segunda-feira vá servir de sustentação técnica de corte de juros na quarta. (Se a Selic for cortada, será por outros motivos. Mas todas as apostas para hoje são de que ela continuará nos 12,50%.)

Assim como não se pode estabelecer re-

lação entre uma coisa e outra, também só se saberá em 2012 se a decisão política do governo Dilma Rousseff de apertar os cintos é para valer.

Do ponto de vista fiscal, pela ótica do superávit primário, 2011 é um ano muito perto do fim. Prova disso é que, de janeiro a julho, já foram retidos para saldar a conta de juros da dívida pública R\$ 92 bilhões, ou 72% da nova meta total de R\$ 127,9 bilhões de superávit.

Repetiu-se o modelo dos últimos anos: arrecadação em alta, bem à frente da inflação, para financiar gastos em custeio indomáveis, e investimentos públicos aquém do necessário. Ou seja, carga tributária elevada, infraestrutura precária e responsabilidade por manter a inflação sob controle nas mãos

apenas do BC/juros (política monetária).

A equação de 2012 será bem diferente, pois, entre outros complicadores, haverá um grande choque de aumento de despesas, já contratado — elevação do salário mínimo entre 13% e 14%, com impacto direto nas contas da Previdência. As estimativas estão na faixa de gastos adicionais de R\$ 20 bilhões, o equivalente a duas vezes o que será poupado este ano com a elevação do superávit primário.

E na outra ponta da contabilidade pública, a arrecadação, o sinal está invertido: redução do fôlego de receitas. Como o Brasil desacelerará o crescimento, a tônica em todo o mundo, inclusive China, é difícil imaginar que o cenário deste ano se repetirá em 2012. De

Efeito do novo salário mínimo e desaquecimento são obstáculos para Dilma

janeiro a julho, a coleta de impostos deu um salto de 13,98% em comparação com o mesmo período do ano passado. Difícil repetir o feito. Além de tudo, o governo tem se beneficiado de receitas que não se repetirão em 2012. Como, por exemplo, aproximadamente R\$ 8 bilhões recolhidos por contribuintes beneficiados por programas de refinanciamento de dívidas tributárias em atraso (Refis). Houve, também, um pagamento extraordinário feito pela Vale de algo próximo dos R\$ 6 bilhões, de tributos contestados, mas os quais a empresa decidiu saldar.

Menos mal que o governo começou a economizar agora. Ou pelo menos anuncia que irá fazê-lo. Na verdade, o discurso da austeridade, assumido por Dilma antes mesmo da posse e seguido pelo ministro Mantega, nunca foi executado na prática como enunciado. Agora, a presidente vive um daqueles momentos de definição que a vida costuma programar para governantes.

Texto 06

6

Terça-feira, 21 de junho de 2011

O GLOBO

OPINIÃO

FMI segue normas de um mundo antigo

O rito de escolha do novo diretor-gerente do Fundo Monetário Internacional, a ser anunciado no dia 30 de junho, transcorre dentro do surrado figurino de um antigo clube fechado de elite. A não ser pela forma rocambolésca e picante com que Dominique Strauss-Kahn antecipou o fim do mandato à frente do FMI, a escolha, tradicionalmente acertada entre americanos e europeus, não deverá reservar surpresas.

Como reza a regra de repartição do poder nos grandes organismos multilaterais, cabe à Europa conduzir o Fundo Monetário, e aos Estados Unidos administrarem o Banco Mundial (Bird). Assim, entre a francesa Christine Lagarde, ministra das Finanças da França, e o mexicano Agustín Carstens, presidente do Banco Central do seu país, não há grandes dúvidas sobre a vitória da ministra nesta disputa, embora seja ela advogada e não eco-

nomista, como Carstens. Pelo menos do ponto de vista da formação profissional, ele é o mais indicado para o cargo. Mas este não parece ser quesito decisivo na escolha. E dessa forma perde-se grande oportunidade de oxigenar a sistemática de decisão no Fundo, de torná-lo mais representativo. Na verdade, o balanço de poder no FMI há tempos já não reflete a realidade da economia mundial, em que países emergentes como o Brasil têm um peso acima da proporção de cotas que detêm no Fundo.

Esta é uma luta antiga. Em 2008, numa reforma na distribuição dessas cotas, o Brasil e demais emergentes tiveram ampliado o seu espaço na instituição. O aumento do peso relativo do Brasil só não foi maior que o da Chi-

na, da Coreia do Sul e da Índia. Mesmo assim, a posição do país passou apenas do 18º lugar para o 15º, aquém do tamanho da sua economia, situada entre as dez maiores do mundo.

Brasil, Rússia, China e Índia, o Bric, detêm, somados, 10% das cotas do Fundo. Os Estados Unidos, isoladamente, 17,1%. Há, como se vê, muito a deliberar no FMI para corrigir distorções. Não faz sentido, por exemplo, o Brasil ter menos peso que países europeus de PIB menor.

A situação é paradoxal, pois o Brasil, de eterno devedor mundial, tornou-se credor, inclusive junto ao FMI, no qual aportou US\$ 10 bilhões para ajudar no resgate de economias menos desenvolvidas atingidas pela crise deflagra-

da em 2008 a partir de Wall Street.

A indicação do novo diretor-gerente do Fundo coincide com o agravamento da crise de dívidas soberanas de países europeus, Grécia à frente. No primeiro momento, a União Europeia resistiu a recorrer ao Fundo, na tentativa de dar uma demonstração de solidez e capacidade de contornar a crise sem ajuda externa. Não conseguiu, e foi inevitável a participação do FMI nas operações de resgate dentro do bloco.

Strauss-Kahn terminou elogiado pela atuação política em conciliar interesses divergentes dentro da UE, para viabilizar os empréstimos de ajuda. Mas não deixa de existir algum conflito de interesses em haver um europeu na direção geral da entidade quando países do continente tendem a ser os maiores clientes da UTI financeira do Fundo. Usar regras de um mundo que não mais existe gera situações como esta.

Escolha de dirigente tem regras de clube fechado de elite

Texto 07

6

Terça-feira, 14 de junho de 2011

O GLOBO

OPINIÃO

Democracia na versão turca

A democracia turca funcionou e o eleitorado deu a vitória ao primeiro-ministro Recep Tayyip Erdogan para um terceiro mandato consecutivo (pela lei, o último). As urnas confirmaram o trabalho consistente de Erdogan à frente do governo do partido islâmico moderado Justiça e Desenvolvimento (AKP). Os maiores feitos do premier foram acelerar o crescimento (8,2% em 2010, o que ajudou a triplicar o tamanho da economia desde 2002), ampliar o peso político do país e neutralizar os temores de islamização da sociedade turca.

Mas o eleitorado foi sábio ao negar a Erdogan a supermaioria que seu partido almejava para mudar a Constituição, outorgada após um golpe militar nos anos 80 do século passado e considerada autoritária. O primeiro-ministro afirma querer fortalecer a democracia e o pluralismo, mas opositores temem

que, no fundo, seu desejo seja adotar o regime presidencialista e se manter no poder até 2023, quando se comemora o centenário do mandato de Mustafa Kemal Atatürk, o pai da Turquia moderna, que consagrou a separação entre religião e Estado.

O AKP obteve 50% dos votos, o equivalente a 325 cadeiras no Parlamento de 550. Mas precisaria de pelo menos 330 para não depender da oposição para levar seus planos adiante (antes do pleito de domingo, o AKP tinha a maioria absoluta, com 341 cadeiras). A bancada da oposição cresceu de 209 para 225 cadeiras. Erdogan disse ter entendido o recado das urnas.

— O povo nos passou a mensagem de construir uma nova Constituição por meio do

consenso e da negociação. Vamos buscar o entendimento com a oposição principal, com os partidos fora do Parlamento, a mídia, as

ONGs, os acadêmicos, com qualquer um que tenha alguma coisa a dizer — afirmou.

É compreensível a preocupação do premier em tranquilizar a população, pois muitos críticos veem riscos de um aumento do autoritarismo. Ouvidos pelo "New York Times", eleitores jovens expressaram preocupação com o desrespeito às liberdades civis. Como o consultor de informática Mustafa Guler, que apontou a repressão a minorias, o controle do consumo de álcool

pelo governo e — o mais absurdo — o fechamento de muitos sites, inclusive o YouTube, pela Agência de Controle da Internet, estatal.

Segundo a Associação Turca de Imprensa, há mais de 60 jornalistas presos.

Ainda assim, a Turquia se tornou, para o Ocidente e o Oriente, a prova de que é perfeitamente possível a democracia conviver com um partido islâmico no poder, desde que ele respeite as instituições, como tem sido o caso, com poucas exceções, do AKP. Com isto, a Turquia exerce grande influência sobre os países que engatinham a caminho da democracia na primavera árabe.

É fora de dúvida que Erdogan se tornou um nome respeitado para egípcios, libaneses e palestinos, mas continua despertando desconfiança na Europa, o que mantém em ponto morto o projeto de adesão à União Europeia. Uma das grandes tarefas do premier turco será reduzir ao máximo essa desconfiança em seu terceiro mandato, abrindo o caminho para que seu sucessor possa tocar adiante o projeto UE.

Fortalecimento do regime turco confirma papel do país no mundo islâmico